
pelo culto e pela administração da justiça, a análise compendia algumas das características mais marcantes da evolução histórica da arquidiocese, a partir dos elementos facultados pelos relatórios compendiados pelo autor.

Merecem particular destaque o conjunto de tabelas, permitindo sintetizar alguns dos elementos quantitativos presentes nos relatórios das visitas diocesanas; bem assim, os variados mapas, particularmente os que traçam os itinerários das visitas pastorais ao longo do século XVIII.

Profusamente ilustrada, a obra é servida, ainda, por um extenso índice «antroponímico, onomástico e toponímico» (p.1051-1129), de grande utilidade numa obra com estas características.

Aguarda-se que, pelo carácter exemplar, o trabalho de Neiva Soares possa ter emulação de outros que o repliquem, debruçando-se sobre outros espaços diocesanos nacionais, quer incidindo sobre arco cronológico similar, quer focando-se em períodos menos extensos.

O trabalho analítico que acompanha a divulgação de fontes não esgota todas as virtualidades destas: dada a sua qualidade e dimensão, esperam as mais variadas análises historiográficas que, para lá da vertente imediatamente religiosa, sejam capazes de exaurir os elementos de natureza económica, política, social e cultural que contém.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira

Terramoto Doutrinal.

A Carta dogmático-política (1755) do P. João Moutinho contra a Inquisição

Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2015. ISBN: 978-989-6443-83-2

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO

A 260 anos de distância da (embargada) impressão da *Carta Dogmatico-Politica Escritta A Sua Magestade Portoguesa D. Jozé O Primeiro* (1755) do padre João Moutinho em Florença, a obra de Carlos A. Moreira de Azevedo merece um justo realce pela iniciativa de apresentar a primeira edição moderna de um raríssimo documento, conhecido apenas através de dois exemplares, ambos incompletos.

A obra *Terramoto Doutrinal* encontra-se dividida em duas partes, ocupando-se a primeira de uma introdução histórica ao aparecimento da *Carta Dogmatico-Politica* e à trajetória do seu autor, correspondendo a segunda à edição propriamente dita do documento, que há muito aguardava por uma maior visibilidade e um tratamento mais circunstanciado por parte da historiografia.

Parco na contextualização temática da *Carta Dogmatico-Politica*, em que não se terá querido deter (nas páginas 13 a 19, o leitor perpassa por um elenco de autores que, à seme-

lhança de Moutinho, encetaram críticas à atividade do Santo Ofício, mas cujo contributo para a formação do seu pensamento justificaria uma explanação mais detalhada), o autor de *Terramoto Doutrinal* dedicou a quase integralidade do seu estudo histórico (p. 20-94) – a I parte da obra – a uma reconstituição do percurso biográfico do padre João Moutinho e à apresentação do texto que lhe traria a notoriedade. Resgatando ao esquecimento dados essenciais da vida do padre João Moutinho, como as datas do seu nascimento ou da expulsão da Congregação do Oratório, Carlos Azevedo introduz-nos ao contexto italiano dos preparativos para a impressão da sua obra e posterior encarceramento, proporcionando, em apêndice, o fruto de uma aturada investigação documental levada a cabo pelo autor em diversos arquivos portugueses e italianos: da Biblioteca da Ajuda ao Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, e da Biblioteca Pública Municipal do Porto ao Archivio Segreto Vaticano, são dez os documentos integralmente transcritos que permitem historiar o percurso do ex-oratoriano entre o Porto, Braga, Lisboa, Florença e Roma. Destaque para a publicação da “Censura del libro di P. Giovanni Moutinho concernente i cristiani nuovi e il tribunale del S. Uffizio di Portogallo” de 24 de setembro de 1755 (p. 107-124). A qualificação, preparada por uma congregação de consultores do Santo Ofício romano, reveste-se de singular importância para o estudo da *Carta Dogmatico-Politica*: ao ter incidido sobre a integralidade da obra, a censura preservou um conjunto de proposições que se estendem para além do texto conservado, permitindo não só estimar a sua dimensão – e, por conseguinte, a extensão do que se perdeu (um terço, de acordo com Azevedo, p. 38) –, bem como um maior conhecimento das críticas gizadas pelo sacerdote contra o Santo Ofício português, conquanto a exiguidade das censuras imponha limites à reconstituição plena do pensamento de João Moutinho (p. 89). Não permaneceram alheias ao autor as potencialidades deste documento (p. 38-56), quicá o mais rico resultado da investigação que conduziu e o contributo mais notável desta obra, para além da edição da própria *Carta Dogmatico-Politica*.

Num momento em que muitos arquivos e bibliotecas disponibilizam reproduções de alta qualidade dos seus manuscritos e impressos antigos – como é o caso do documento original que fornece a base para esta edição, digitalizado pela Biblioteca Nacional de Portugal¹ –, merecem ser salientadas as opções editoriais tomadas por Carlos Azevedo. Com efeito, prescindindo de se limitar a uma mera transcrição do documento, o autor levou a cabo o cotejo entre as duas versões conhecidas da *Carta* (o exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal, mais completo, e o da Bibliothèque nationale de France, anotado à margem pelo seu antigo possuidor, contemporâneo ou muito próximo dos acontecimentos), para além de uma identificação das autoridades bíblicas invocadas no texto, sempre que não fornecidas pelo seu autor, e a respetiva tradução.

Com a publicação anotada da *Carta Dogmatico-Politica* e do apêndice documental que a acompanha, ficou mais rico o panorama informativo acerca de um dos menos trabalhados períodos da história do Santo Ofício português: o da reforma setecentista da instituição face às correntes europeias de pensamento – partilhadas por muitos portugueses – que questionavam o lugar do tribunal da fé no ordenamento religioso das sociedades.

1 Disponível em http://purl.pt/26910/4/res-37-a_PDF/res-37-a_PDF_24-C-R0150/res-37-a_0000_capa-capat24-C-R0150.pdf, consultado a 12 de julho de 2016.